

SOBRE A JUSTEZA DOS NOMES

Resenha do diálogo platônico “Crátilo” (392 a. C.)

Levi Leonel de Souza

Novembro de 2006

Corre o ano de 392 a.C. e Sócrates, como de hábito, está na Ágora, prelecionando. Perto dali Hermógenes e Crátilo acabaram de ter uma conversa sobre nomes e coisas, assunto que os coloca em posições contrárias. Ansioso por saber com quem está a razão, Hermógenes sugere a Crátilo:

- *Não queres comunicar a Sócrates o assunto de nossa conversa? Ele está ali.*

- *Se assim o desejares. Assente Crátilo.*

- *Sócrates, o nosso Crátilo sustenta que cada coisa tem por natureza um nome apropriado [com] sentido certo, sempre o mesmo, tanto entre os helenos, quanto entre os bárbaros em geral. Sócrates responde, em seu estilo “só sei que nada sei”.*

- *[...] O melhor será congregarmos esforços para saber quem está com a razão.*

Com o seguimento do diálogo percebe-se uma tripartição de opiniões conflitantes a respeito da aplicação dos nomes às coisas: Crátilo defende a teoria de que cada elemento do mundo *tem, por natureza, um nome apropriado* (383a), que nada deve a uma convenção acordada entre os falantes de uma língua. A linguagem é fonte de conhecimento perfeito de cada coisa. Ele tem como certo que cada coisa *é* seu nome; o nome *é* a coisa. Ao se evocar uma coisa, dizemos seu nome. Cada coisa *é*, irredutivelmente, seu nome, sem representação ou simbolização. Há uma concretude dos nomes, cuja materialidade *é* a coisa. Cada coisa do mundo *é* igual a seu nome, não se referindo à denominação *que alguns homens convencionaram dar-lhe*, tendo sempre o mesmo sentido. Sua afirmação com a finalidade das coisas. Essência e aparência são uma e mesma coisa. Nele as palavras têm um único sentido; a linguagem é fonte de sentido e as palavras dizem, necessariamente, o que devem dizer.

Já a posição hermogeneana *é* a de que as palavras podem ser mudadas pela vontade de um falante ou de uma sociedade de falantes. Tal como dar o nome que se desejar para objetos comuns a todos. Por exemplo, como sugeriu o próprio Sócrates, pensando nessa teoria, ao que chamamos *homem*, poderíamos dar o nome *cavalo* (385a), sem prejuízo de entendimento entre os interlocutores. Hermógenes assente que se pode designar qualquer coisa pelo nome que se quiser, por outro nome qualquer, pois *vê* isso acontecer nas cidades, onde os nomes de certos objetos são diferentes de pessoa para pessoa, bem como entre sociedades diferentes. Defende a idéia de que *a justeza dos nomes é* apenas convenção entre falantes (384d); qualquer nome que se dê às coisas, dentro de um acordo, mesmo que seja a substituição de um nome por outro, seria o nome verdadeiro desta coisa, pois nenhum nome *é* dado por natureza a qualquer coisa, mas pela lei e costume dos que se habituaram (384d) a dizê-lo daquele modo. Neste caso Hermógenes se aplicava a definir os nomes a partir do ambiente das convenções sociais. A aparência *é* a essência. Em Hermógenes os nomes podem ter vários sentidos.

Por último, Sócrates inicia seu discurso maiêutico convencendo Hermógenes de que “as ações se realizam segundo sua própria natureza, não conforme a opinião” (387a) que dela se faz, e dá exemplos, tal como este que se segue:

- *Da mesma forma, no caso desejarmos queimar alguma coisa, não deveremos fazê-lo de qualquer jeito, como nos ditar a fantasia, mas pelo modo certo, que é o modo indicado pela natureza para queimar e ser queimado e com os meios apropriados* (387b). *[...] E com tudo o mais não se passa dessa mesma forma? [...] E dar nome às coisas, não é uma parte do ato de falar?*

(387c)

Sócrates defende a tese de que no início dos tempos os “legisladores” (389a) inventaram os nomes a partir do mundo das idéias, que era perfeito. Desenvolveram a linguagem, para trazer a Verdade ao mundo sensível, tal como o percebemos, que é imperfeito. Primitivamente havia o logos (mundo das idéias) e depois, dado a uma queda desta perfeição surge a palavra (mundo do sensível). No fundo trata-se de uma oposição entre essência e aparência: onde essência tem a ver com os nomes que são originais, e a aparência, onde os nomes sofrem um corrupção de sentido. A busca de Sócrates tem a ver com o falso e o verdadeiro. A essência não é a aparência. A linguagem só se refere, imperfeitamente, ao sentido verdadeiro. As palavras foram iguais às coisas que dizem, apenas no início dos tempos; as coisas pertencem às palavras. As palavras não iguais às coisas (no sentido de formas ou idéias), havendo uma só verdade, uma essência natural e permanente das coisas, que não dependem de nós, não são relativas as nossas fantasias; existem por si mesmas, mas não podem ser ditas pelas palavras, pois estas são corrupções do logos. Nomear é uma ação, não relativa ao falante, que se dá de modo natural, por meio adequado. Segundo sua visão pode se depreender que a linguagem é um instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las, sendo produto da lei e do trabalho dos legisladores, entidades míticas, das quais lança mão para explicar essa língua (logos) original. Os legisladores sabem formar nomes, porque conhecem os nomes em si, suas formas, e reproduzem as idéias dos nomes, a propriedade de cada coisa. Defende que aquele que sabe interrogar, fazer uso dos nomes, responder as questões, trabalhar sob a lei dos legisladores, criando nomes com acerto, exprimindo com letras e sílabas sua idéia fundante, esse é um sábio. *Os deuses sabem chamar com acerto as coisas por seu nome natural* (391b). Pois a essência da coisa é bastante forte para manifestar-se no seu nome, mesmo que haja retirada ou aumento de letras de um certo nome, ainda poderemos reconhecer a coisa, que ele expressa.

Como Sócrates é um realista, no sentido de que defende o mundo real, em contraposição ao mundo sensível, declara, sem mais, como exemplo de que a essência da coisa se manifesta no nome: “De um rei nascerá um rei; de um homem bom, um homem bom; de um nobre, um filho nobre, e com tudo o mais pela mesma forma, de cada gênero um produto semelhante, a menos que surja um monstro. Todos terão de ser chamados por igual nome. Todavia, poderá haver alguma variação nas sílabas, de forma que para os ignorantes pareça tratar-se de nomes diferentes, [...] porém são uma só coisa” (394a). Em seguida Sócrates exemplifica profusamente seu ponto de vista, com dezenas de casos onde certas sílabas foram acrescentadas ou retiradas dos nomes originais, sem que com isso se perdesse a essência da palavra. Contudo, “com o acréscimo ou a supressão de letras altera-se a tal ponto o sentido das palavras, que muitas vezes, com ligeira modificação elas passam a significar justamente o contrário do que indicavam antes” (418b). Em certos nomes “pode acontecer que a idade dos vocábulos é que os deixa indecifráveis. Com o correr do tempo, os nomes ficaram de tal modo retorcidos, que não admira parecer linguajar bárbaro a antiga fala, em confronto com a dos nossos dias” (421d).

Sócrates se esforça por explicitar um princípio que seja utilizável em todos os nomes, por que cada nome indica a natureza da coisa nomeada. Embora os nomes derivados dos primitivos também falem da essência das coisas, é verdade que apenas uma análise etimológica pode ajudar nesse empreendimento a ponto de a essência tornar evidente. Em dado momento Sócrates se dá conta de que as palavras não podem imitar a essência das coisas, tornando clara sua natureza. Deve-se, para que um nome possa imitar a essência da coisa nomeada, estudar as vogais, as letras, as sílabas etc, e depois considerar as coisas a serem nomeadas, agrupando-as e relacionando-as para que imitem o melhor possível as coisas em si mesmas. A correta aplicação das palavras se faz revelando a constituição da coisa nomeada, algo que os legisladores fazem para instruir os homens. Essa forma realista de tratar da linguagem pode ser entendida como a forma socrática de perceber as variáveis da linguagem como resultado de um decréscimo de perfeição da língua original.

Neste diálogo está em jogo a questão do sentido. Cada um dos personagens platônicos

pretende sitiar e colonizar o sentido, tendo a linguagem como ponto de inflexão de sua argumentação. Dá para perceber que esses três posicionamentos quanto aos nomes e as coisas gerarão as posteriores versões daquele diálogo, na forma das perspectivas realista (platônica), mentalista (aristotélica) e pragmática (sofista), tanto na filosofia, quanto nos estudos a respeito da linguagem.

Sócrates, escudado na posição aristocrática, onde há *uma* verdade e não *verdades*, entre outros desmontes de argumentos, acaba por convencer Crátilo e Hermógenes, que não seria possível haver uma linguagem que não fosse aquela derivada da língua original, pois doutro modo nada restaria de estabilidade na linguagem que justificasse sua capacidade inerente de dizer as coisas. Sua lógica de argumentação visa atingir os sofistas, que Hermógenes trouxe à conversa, atacando a medula do raciocínio sofista: “o homem é a medida de todas as coisas” (Protágoras). Se isso fosse verdade, toda a cadeia de manutenção da ordem grega de então ruiria e perder-se-ia a razão para haver diferenças sociais baseadas apenas nos direitos de nascimento tal como dissera Sócrates: “De um rei nascerá um rei [...] a menos que surja um monstro”. Aqui entendo que Sócrates atacava com diligência a possibilidade de haver uma monstruosidade que atenderia pelo nome de igualdade entre os moradores de Atenas, e não igualdade apenas entre homens bem-nascidos. É um diálogo claramente político, no sentido principal de defesa da tese de que os reis nascem reis. A defesa da tese essencialista, de que há uma essência imutável, apesar da realidade fenomênica, instável, variante, era o embate desesperado com a possibilidade de dividir os poderes aristocráticos.

Esta série de ponderações entre os três pontos de vista declarados no diálogo cratiliano, a respeito da linguagem, sobreviveria até nossos tempos, tanto em sua significação política de manutenção do poder aristocrático, hoje defendido pela classe patronal, como nos estudos da linguagem, onde esta ainda é tratada, em importante medida, como instrumento de informar sobre as coisas. Essa bimilenar discussão sobre as palavras e as coisas ainda não se esgotou, embora a posição platônica viesse a dominar, especialmente na filosofia e no cristianismo. Quanto ao que seria a futura *filosofia da linguagem*, desde sempre se explorou as contradições internas ao essencialismo, gerando já na época a posição sofista, relativista, e no decorrer da história a maturação de uma linguística mais pragmática.

Atualmente nos deparamos com os sucessores daqueles contendores pelos sentidos dos nomes. A Ágora foi substituída pela academia, mas a batalha pelos sentidos, por habitar o discurso (Foucault, 1970) continua viva. Contudo, dar nomes, em tempos de hoje, se trata de uma multifacetada ordem de contribuições. Para não ir adiante com uma análise que foge a esta resenha, podemos pensar que ainda sofremos as reverberações daquele diálogo cratiliano. Se por um lado pendemos para uma visão hermogeneana, quando tratamos em termos relativos a arte de dizer, por outro, como se o fantasma de Sócrates ainda nos intimidasse, dizemos que as palavras não nascem em nós; elas já existem quando nos apropriamos delas (Authier-Revuz, J., 1998) como se um legislador as tivesse criado para as utilizarmos em nossa busca de dar sentido. Contudo, o próprio desdobramento da Análise de Discurso francesa, hoje brasileira, dá mais razão a Hermógenes e Protágoras do que a Platão. Eni Orlandi (2001) assenta sua investigação linguística na máxima: *não há discurso sem indivíduo e não há indivíduo sem ideologia*. Tal afirmação destrona a linguagem como instrumento dos deuses, retira sua substancialidade e a lança no mundo dos homens; um mundo tomado pela história e com homens cuja consciência não dá conta de si mesma “sendo o que não é e não sendo o que é” (Sartre, 1943). A língua desse sujeito descentrado, equívoco, à deriva, é o que restou da essência platônica. Com o passar do tempo os deuses que conheciam as coisas em si mesmas e os legisladores que podiam interpretar seus nomes parecem incertos, titubeantes e o que é mais extraordinário, há beleza nessa incerteza, nessa humana errância pelas palavras. Não fosse Sócrates defender a justeza dos nomes das coisas e com isso deixar entrever falhas na língua, não poderíamos hoje deixar sua tese essencialista e passarmos a analisar a variância dos nomes; a aparência como essência.

REFERÊNCIAS:

- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo SP: Edições Loyola, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli *Análise de discurso*. Campinas, SP: Pontes, 3ª ed., 2001.
- SARTRE, J-P. *O ser e o nada*. Petrópolis RJ: Vozes, 11ª ed., 2002.